

ALTERAÇÕES DO CLIMA

As alterações climáticas são hoje o maior problema ecológico com que a humanidade se defronta. Elas são já inevitáveis e em parte irreversíveis, mas evitar a catástrofe para as próximas décadas é possível e exige respostas políticas imediatas e radicais. PÁG 8 E 9



ESQUERDA

Nº 22 | 50 CÊNTIMOS | SETEMBRO 2007 | MENSAL

JORNAL DO BLOCO DE ESQUERDA | WWW.ESQUERDA.NET

FÓRUM DE IDEIAS

SOCIALISMO 2007

MAIS DE 30 DEBATES
E WORKSHOPS SOBRE POLÍTICA, CIÊNCIAS,
ARTES E MUITO MAIS.

PÁG 4 A 7



JOSÉ SÁ FERNANDES

Intervenção de José Sá Fernandes acerca do acordo sobre políticas para Lisboa. “Não me calarei por compromissos que não tenho”. PÁG 12

SOCIEDADE E DIREITOS

A somar à exploração capitalista, feita por uma minoria da população contra a maioria, o Bloco de Esquerda nunca foi indiferente à opressão que metade da população exerce sobre a outra metade. O movimento feminista surgiu para combater esta desigualdade ancestralmente imposta. Em "*Nancy Fraser e o Movimento Feminista*" Andrea Peniche analisa a teoria de uma conceituada feminista americana, nas suas relações com o movimento feminista, também ele com as suas contradições. Em Portugal, a vitória no referendo do aborto acabou com uma lei medieval que insistia em perdurar, libertando todas as mulheres de uma humilhação cruel. Mas a luta das mulheres não começou nem acaba aqui, problemática abordada por Manuela Tavares e Helena Neves em "*Feminismo – Percursos. Uma nova Agenda?*".

A sociedade patriarcal não oprime apenas as mulheres, estende também a sua autoridade e censura sobre tudo o que foge à normalização, impondo padrões comportamentais e penalizando quem não se encaixa. Para aprofundar estas questões, Sérgio Vitorino apresenta a sessão "*Movimento LGBT, Séc XXI: Entre a Normalização e a Subversão*".

TRABALHO, ECONOMIA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Na era da veneração do mercado e das suas apregoadas maravilhas, são necessárias ideias socialistas que travem a maldição de Midas. O Estado tem aqui um papel fundamental: na sessão sobre "*Investimento Público e Desenvolvimento*", Paulo Areosa Feio explica como. Mas há também outras alternativas que entram em jogo: Rogério Roque Amaro fala-nos da "*Economia Social em Portugal*", fora das garras de um capitalismo que não serve a maioria.

A Burguesia encontrou uma nova forma de acumulação de capital, através das rendas que impõe à satisfação de direitos e necessidades humanas antes assegurados colectivamente. Na sessão "*Serviços Públicos e o Sector não Mercantil*" José Castro Caldas esclarece como a Saúde, a Educação e a Segurança Social são presas fáceis da gula privatizadora.

O Partido Socialista, quando era oposição, disse cobras e lagartos do código Bagão e prometeu alterá-lo com as propostas apresentadas na altura pelo seu grupo parlamentar. Mas eis que um estudo feito por socialistas, o livro branco para as relações laborais, sugere a redução dos dias de férias e dos salários e a facilitação dos despedimentos. Prenúncios da anunciada Flexisegurança, palavra simpática que esconde objectivos ferozes: precariedade e exploração. Luís Fazenda e Mariana Aiveca desconstroem os seus pressupostos no sábado à noite.

ATELIERS

Os Ateliers são no Sábado e no Domingo, sempre às 9h da manhã. São espaços de aprendizagem prática e concreta, onde cada um/a pode experimentar por si mesmo/a.

No último ano, o Bloco de Esquerda impulsionou a comunicação multimédia: foi criado um novo portal, uma rádio, e passámos a recorrer à imagem vídeo com muito mais frequência. É o sinal dos novos tempos mas é também a vontade criadora de uma esquerda que quer inovar e ser eficaz na forma de transmitir as suas ideias. E por isso mesmo, estes novos projectos precisam de mais colaborações, de mais pessoas, para criar uma rede que possa chegar a muitos mais sítios em muitos mais momentos. Assim, no *Atelier de Rádio* os participantes vão aprender a fazer programas ou entrevistas, aprendendo a utilizar os equipamentos para o efeito. No *Atelier de Vídeo*, vão aprender a funcionar com uma câmara de filmar e os rudimentos básicos para a montagem de pequenos filmes. Com o *Atelier de Internet*, experimenta-se o jornalismo *online*, dedicando-se uma secção do portal Esquerda.net à cobertura do "Socialismo 2007". Estes três ateliers serão a voz, a imagem e a palavra do "Socialismo 2007" para todos aqueles que não podem estar presentes mas têm interesse em saber o que aqui se passou. As inscrições são limitadas (inscreve-te já), porque os equipamentos não são ilimitados.

Finalmente, para nos sentirmos melhor, com mais energia, suavidade, espírito de entre-ajuda, enfim, para relaxar e aprender a confiar nos outros, recomendamos o *Atelier de Confiança e Expressão Corporal*, dinamizado pelo actor Gonçalo Amorim.

EUROPA

Com "*Turquia, Alargamento e Construção Europeia*", Miguel Portas, deputado europeu do Bloco de Esquerda, e François Georgeon lançam as alternativas sociais, democráticas e ecológicas para uma Europa que se quer ao serviço dos povos e não à mercê de uns poucos.

Para a extrema-direita, que não tolera diferenças culturais e religiosas, a Turquia não pode ser Europa. Mas há também quem seja de esquerda e discorde que um país pouco respeitador dos direitos humanos tenha lugar num projecto europeu que se quer comprometido com a liberdade e os Direitos. Para polemizar sobre esta questão, François Georgeon lança o debate.

Hoje, construir uma sociedade diferente em Portugal não pode ser feito à margem das políticas europeias. Até porque Portugal assume este semestre a Presidência da União Europeia e José Sócrates prepara-se para acordar com os seus congéneres um novo tratado europeu sem ouvir as populações. O Bloco de Esquerda tem na rua uma campanha contra o voto de silêncio que nos querem impôr: com Renato Soeiro debatemos o embróglio do "*Tratado Europeu*".

E porque um projecto socialista não tem fronteiras, na sessão "*Parcerias Europa-África*", Mónica Frechaut debruça-se sobre a necessidade de uma política externa europeia que abandone relações neocoloniais e promova a solidariedade, a caminho de um mundo menos desigual. Também com João Rodrigues e Miguel Portas, estarão em jogo algumas das contradições da "*Integração Europeia e Política Económica*".

ACTUALIDADE INTERNACIONAL, POLÍTICA E GLOBALIZAÇÃO

A criação do Bloco de Esquerda foi feita de mãos dadas com o movimento alter-global, na convicção de que "outro mundo é possível". O imperialismo é um dos maiores obstáculos à concretização desse projecto. Atrás de si sempre trouxe a opressão, a guerra, a tirania, enfim, a lei do mais forte. As diferentes formas e matizes que o imperialismo tem assumido são alvo da reflexão de Pedro Soares, na sessão "*A Evolução do Conceito de Império*". O imperialismo dos EUA, cada vez mais preponderante depois da Guerra Fria e cujas consequências sangüinárias estão à vista no Iraque e no Afeganistão, obriga-nos a uma análise das relações de forças que se vão estabelecendo na sede do império. E porque há vida e política para lá dos ditames de Bush, Mário Murteira analisa a ascensão de uma nova potência, a China, que se rendeu ao capitalismo mantendo as piores facetas autoritárias e repressivas do comunismo real. Voltando ao outro lado do Atlântico, muitas são as vozes de esquerda que depositam esperança no modelo venezuelano enquanto outras tantas lhe realçam o carácter populista e autoritário. Francisco Furtado explana o "*Processo Revolucionário Venezuelano*" nas suas conquistas e nas suas contradições.

A nível internacional, a democracia representativa é uma conquista mas também uma limitação: em Portugal, por exemplo, ela pode vir a ser diminuída com os círculos uninominais: em "*Sistemas Eleitorais Comparados*" André Freire explora o estado da democracia electiva. Finalmente, o encerramento do "Socialismo 2007" fica a cargo de Helena Pinto, Francisco Louçã e Gregor Gysi (do Partido da Esquerda na Alemanha), com a "*Actualidade das Ideias Socialistas*".

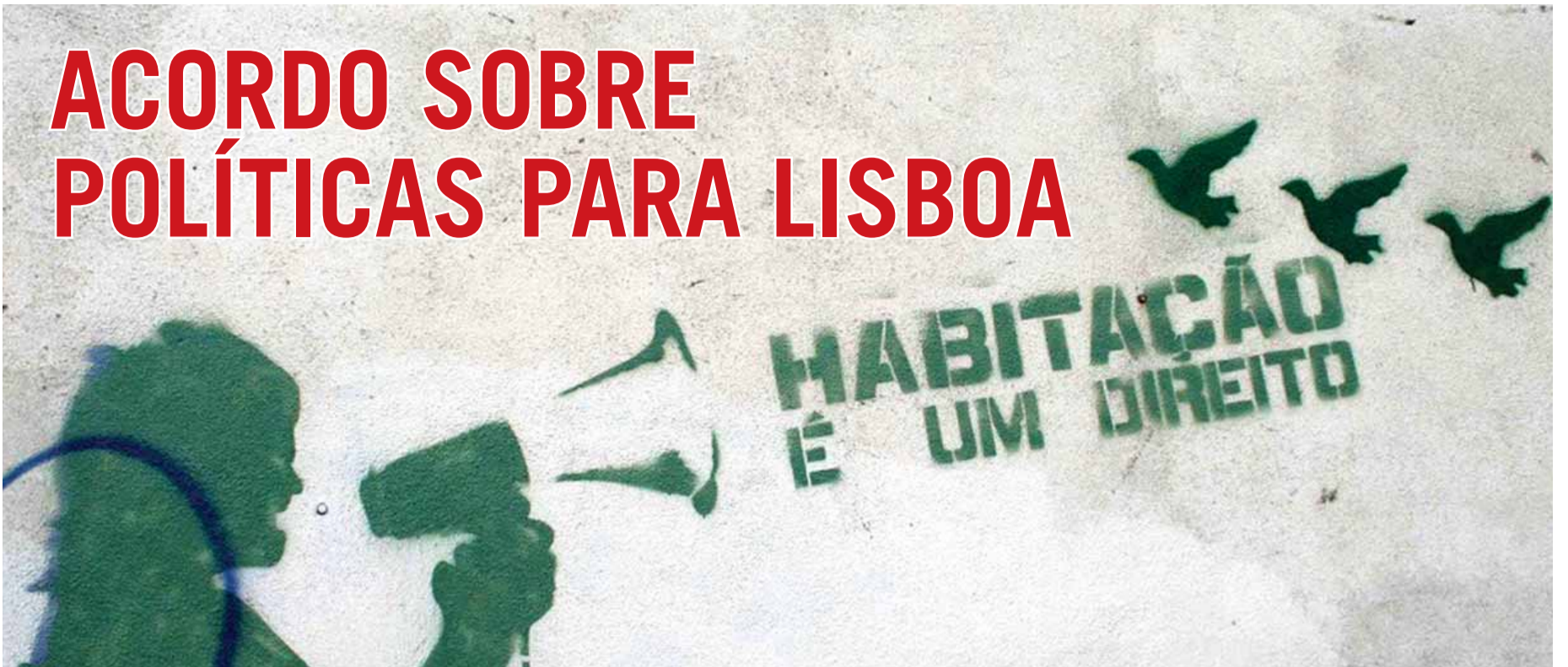
COMUNICAÇÃO

Em Junho de 2005, todas as televisões noticiaram a ocorrência de um verdadeiro "Arrastão" na praia de Carcavelos, em Lisboa. "Eram mais de 500" e "espalharam o pânico por toda a praia" - dizia-se na altura. Duas semanas depois, o Comandante Distrital de Lisboa da PSP desmentia os factos e reconhecia que tudo não tinha passado de um equívoco. Toda esta questão é analisada por Diana Andringa em "*O "Arrastão" - Preconceito e Media*". Nos media alternativos, as versões que desmentiam o "Arrastão" propagaram-se, e foi através deles que muitas pessoas conheceram a verdade. Em muitos momentos, é a própria Internet que garante a pluralidade da informação contra os monopólios da comunicação massificada. Na sessão "*Concentração nos Media e Democracia Digital*", Daniel Oliveira, autor do Blogue Arrastão, explica como e porquê. Mário Crespo, jornalista da SIC-Notícias, retoma esse problema aproveitando como exemplo as Eleições Presidenciais Norte-Americanas.

A origem da Internet, como a conhecemos hoje, remonta aos anos 60. Era a época da Guerra Fria entre as duas potências mundiais, os EUA e a União Soviética, e buscava-se uma solução para melhor proteger as cruciais informações militares, possibilitando a actualização simultânea de todos esses dados em centenas de computadores distantes uns dos outros. Apesar da maior parte da população mundial estar afastada deste eficaz meio de comunicação, é inegável que ele está em expansão. Mas este é também o negócio que alimenta o homem mais rico do Mundo, impedindo um desenvolvimento livre de instrumentos que podiam estar ao serviço de todos. Em "*Software Livre*" Inês Pereira lança este debate.



ACORDO SOBRE POLÍTICAS PARA LISBOA



O acordo de Lisboa subscrito por José Sá Fernandes, em nome da candidatura “Lisboa é Gente”, e por António Costa, em representação dos eleitos pelo PS, tem como objectivo a execução de um conjunto de medidas concretas, consideradas urgentes para uma viragem no rumo das políticas municipais dos últimos anos e entendidas como concretizáveis durante o corrente mandato.

O texto do acordo torna evidente que não se trata de um compromisso de “coligação” ou sequer de um “acordo de governo” para o executivo municipal de Lisboa, considerando que as partes subscritoras mantêm completa liberdade de posicionamento político e de voto sobre todas as restantes matérias municipais, nomeadamente acerca de instrumentos fundamentais como o plano de actividade, plano plurianual e orçamento municipal.

Considerando que:

Os resultados eleitorais traduziram uma clara vontade de mudança na orientação política na CML; Tal mudança deve motivar um esforço de convergência entre as forças que se afirmaram como alternativa à gestão municipal nos últimos 6 anos;

De momento, não foi possível constituir entre estas forças uma maioria estável que assegure a gestão do Município no presente mandato;

Não obstante, é possível, desde já, entre os eleitos do PS e do BE estabelecer um acordo político, que pode ser alargado a essas outras forças, se estas assim o desejarem.

É celebrado o seguinte acordo político.

I. PRESSUPOSTOS POLÍTICOS I. LIBERDADE E CONSULTA EM RELAÇÃO AOS PONTOS OMISSOS NO ACORDO

As deliberações relativas a questões não abrangidas pelo presente acordo serão apresentadas, apreciadas e votadas pelos signatários

com inteira liberdade, devendo, no entanto, ser sempre efectuada a consulta prévia e a procura de consensualização entre as partes.

II. PLANO, ORÇAMENTO E PROGRAMA DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Os subscritores do presente acordo elaborarão os planos e orçamentos para os anos 2008 e 2009, bem como o programa de saneamento financeiro do município, que deverão garantir a execução dos conteúdos programáticos do presente acordo, tendo por base uma convergência entre os programas eleitorais apresentados pelas candidaturas.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. SANEAMENTO FINANCEIRO E EMPRESAS MUNICIPAIS

Iniciar imediatamente e levar a cabo, no prazo do actual mandato, uma política de saneamento das finanças da Câmara de Lisboa que inclui:

1. a negociação, até ao final do corrente ano, de um empréstimo destinado à reestruturação da dívida e à consolidação do passivo financeiro, com prioridade ao pagamento a fornecedores e, naturalmente, garantindo que o resultado de tais operações não aumente o endividamento líquido do Município.

2. a diminuição de despesas, combatendo o desperdício, com prioridade para a eliminação da contratação de serviços externos supérfluos ou que possam ser directamente assegurados pelos serviços camarários, sendo dessa forma garantidos e valorizados os actuais postos de trabalho.

3. garantir, até ao final do corrente ano, a completa reorgani-

zação do sector empresarial do Município e do conjunto das suas participações sociais, tendo em vista:

- a. A extinção da EMARLIS
- b. A reavaliação das Sociedades de Reabilitação Urbana, da GEBALIS e da EMEL, procedendo às adequadas operações de integração, fusão ou extinção.
- c. A reestruturação da EPUL, recentrando-a na reabilitação urbana de Lisboa e na sua função original de dinamização de um mercado habitacional para atracção de novas famílias à capital.

II. PLANO VERDE, ESTRUTURA ECOLÓGICA E PDM

Levar a cabo, durante o presente mandato, as iniciativas necessárias à consolidação e execução do Plano Verde, actualmente em apreciação na Assembleia Municipal. Em particular:

1. O Plano Verde será vertido no PDM de Lisboa, já no âmbito do processo de revisão em curso, assegurando a sua natureza vinculativa.

2. Serão iniciadas, até ao final deste mandato, as acções para a concretização dos corredores

- a. Parque Eduardo VII - Serra de Monsanto,
- b. Parque Periférico,
- c. Encostas da Avenida da Liberdade,

- d. Será executado, faseadamente, o plano da Rede Ciclável, sendo neste mandato iniciados os cinco eixos necessários ao seu funcionamento em rede, com prioridade para os eixos Torre Belém-Parque das Nações e Terreiro do Paço-Campo Grande.

3. Com efeito imediato, serão adoptadas as medidas preventi-

vas e de salvaguarda necessárias à consolidação e à execução do Plano Verde, e, entretanto, no respeito pela legalidade, serão avaliados, à luz dos princípios estabelecidos neste Plano Verde, os projectos de planos de pormenor ou loteamentos (em análise ou que venham a ser apresentados).

III. CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

1. Os signatários comprometem-se a direccionar o principal esforço da Câmara relativo ao parque habitacional para a reabilitação do edificado, incentivando a recuperação e reabilitação dos edifícios existentes em detrimento das novas construções.

Será consagrada, através da revisão do PDM, a obrigatoriedade de inclusão de uma quota mínima de 25% para habitação a custos controlados nos novos projectos de construção e em grandes operações de reabilitação.

IV. TRANSPORTES PÚBLICOS

Os signatários assumem uma escolha clara em defesa da prioridade do transporte público sobre o transporte privado, incluindo no PDM de Lisboa, já no âmbito do processo de revisão em curso, a previsão de uma rede de eléctricos rápidos em articulação com as outras redes de transporte público. Em consequência,

1. será dada prioridade à construção de novos parqueamentos para residentes, e

2. serão tomadas desde já as medidas necessárias à reserva do canal para a extensão da actual linha 15 de eléctricos até ao Parque das Nações.

V. FRENTE RIBEIRINHA

1. A Câmara exigirá do Governo a retirada à Administração do Porto de Lisboa da tutela sobre todas as áreas não ocupadas por actividades especificamente portuárias.

2. A Câmara exigirá que qualquer intervenção na frente ribeirinha, nomeadamente em Pedrouços (actual Docapesca) e na zona entre Santa Apolónia e Cais do Sodré, seja precedida de aprovação pela Câmara Municipal de Lisboa, após amplo debate, garantindo, em qualquer caso, a sua articulação com o Plano Verde e a não construção de barreiras físicas que prejudiquem quer as vistas quer a vivência do espaço marginal por todos os lisboetas.

VI. TRANSPARÊNCIA

1. Promoção da transparência pública da vida municipal e formalização de espaços de participação cidadã.

2. Completo esclarecimento dos factos ocorridos em todos os negócios em que interveio a Braçaparkes.

3. Reavaliação dos terrenos da Feira Popular e do Parque Mayer, de forma a fundar uma nova e esclarecida posição da Câmara em relação à permuta efectuada, no caso de se concluir pela existência de irregularidades e/ou o prejuízo do interesse público.

Em Lisboa, 1 de Agosto de 2007

A candidatura do Partido Socialista.

A candidatura “Lisboa é Gente” integrada na lista apresentada pelo Bloco de Esquerda

UM ACORDO PARA IR À LUTA

TEXTO DE PEDRO SOARES



A DIREITA que governou a Câmara nos últimos seis anos foi derrotada nas recentes eleições intercalares de Lisboa. Perdeu mais de 12% do seu peso eleitoral e passou de nove para apenas seis vereadores, divididos a meio pelas listas de Carmona Rodrigues e do PSD. O PP ficou sem representação na vereação. Constituiu a maior derrota de sempre sofrida pela direita em eleições autárquicas de Lisboa.

As forças de oposição aos executivos Santana Lopes/Carmona Rodrigues cresceram 10% em relação a 2005 e elegeram, desta vez, mais três vereadores, distribuídos pelo PS (6 mandatos), lista de Cidadãos por Lisboa (2), CDU (2) e BE (1). Ficou claro que os eleitores votaram para que a Câmara mudasse, penalizando a direita, mas também não dando maioria absoluta ao PS.

É verdade que a elevada abstenção verificada nestas intercalares afectou negativamente a representatividade, em termos absolutos, de todos os partidos. Houve menos gente a votar (cerca de 86 mil). O período de férias não é justificação, só por si. O verdadeiro calvário da péssima gestão, de claros indícios de corrupção e de confusão generalizada a que a Câmara foi sujeita durante muitos e penosos meses, constituíram fortíssimos factores de descrédito e desmobilização. Muitos munícipes

começam a ficar fartos deste cenário que promete e nada faz a favor da transparência, não cumpre promessas eleitorais e não se preocupa com as dificuldades quotidianas das pessoas.

A campanha da lista Lisboa é Gente, encabeçada por José Sá Fernandes, afirmou a necessidade urgente de uma alternativa à governação Santana/Carmona com capacidade para enfrentar o verdadeiro estado de emergência em que o município se encontrava: grave desequilíbrio financeiro e descontrolo orçamental, com risco de incapacidade para pagamento de salários e uma dívida colossal a fornecedores; generalidade dos departamentos da Câmara paralisados, com particular relevância para o do urbanismo a braços com uma sindicância; trabalhadores desmotivados, obras paradas por falta de pagamento, serviços sujeitos a constantes investigações policiais por suspeitas de corrupção, ambiente de crescente descrédito e desmoralização política, mesmo institucional, que culminou com a Câmara a servir de arena para as guerras intestinas no PSD.

BLOCO ASSUME COMPROMISSOS E NÃO MENTE

A esquerda que quer ir à luta por políticas que varram este cenário horrível em que a direita mergu-

lhou a cidade, só podia assumir a responsabilidade de apresentar o seu próprio programa de emergência para os próximos dois anos e confrontar a restante oposição com o desafio da convergência para mudar definitivamente este estado de coisas. Previa-se que não haveria maiorias absolutas. José Sá Fernandes comprometeu-se com este caminho e apresentou uma proposta aos eleitores assente em seis pontos essenciais.

Sá Fernandes deixou claro, igualmente, que recusaria qualquer entendimento em que estivessem os responsáveis pelo desastre dos últimos seis anos, ao contrário do que chegaram a defender Costa e Roseta, e colocou como condição inultrapassável a sua inteira liberdade de voto sobre todas as matérias municipais, inclusive o plano e orçamento. Este foi o compromisso político que elegeu o cabeça-de-lista apresentado pelo Bloco.

A vitória eleitoral do PS não permitiu a António Costa esconder as debilidades com que chega à presidência da Câmara. Para além do confuso mandato anterior, marcado pela novela do “sai ou não sai” de Carrilho e pelas divisões internas do seu grupo de vereadores, o PS sofre a erosão eleitoral provocada pela candidatura de Roseta e acaba por não conseguir mais do que uma maioria relativa no

novo executivo.

Esta é a diferença objectiva entre o PS na CML e o mesmo partido no Governo. Para além da exígua margem de manobra orçamental no município, o PS não tem uma maioria absoluta em Lisboa. Isto não faz com que passem a existir dois PS diferentes, o de Lisboa e o nacional, mas tão só um mesmo PS que não pode deixar de se adaptar a duas realidades políticas diversas, como o bom senso recomenda e qualquer cidadão entende. A vida já está a demonstrá-lo, com a mudança de posição de António Costa sobre o aeroporto de Lisboa.

A assinatura do acordo sobre políticas para Lisboa entre Costa e Sá Fernandes é sintomática deste quadro político específico. Dizer-se que fazer um acordo em Lisboa é o mesmo do que fazer uma coligação com o Governo, é de uma indignação assustadora. Qual seria o ministro de um governo Sócrates capaz de ter uma política própria, de acordo com o seu próprio programa, não só para o seu próprio pelouro, mas também sobre todas as outras matérias de governo? Mas é assim que tem de ser na Câmara de Lisboa – é esse o compromisso do Bloco e de José Sá Fernandes.

De facto, perante a aceitação integral pelo PS dos seis pontos do programa do Lisboa é Gente, bem como da in-

teira autonomia política e liberdade de voto do vereador Sá Fernandes, o Bloco de Esquerda tem a obrigação de honrar os pressupostos da plataforma estabelecida com os independentes que integraram a sua candidatura, assim como de garantir, sem reservas, o cumprimento dos seus compromissos políticos com os eleitores.

A decisão da Comissão Política e da Concelhia de Lisboa do Bloco de apoiar a assinatura do acordo para a Câmara, foi o sublinhar da seriedade política das nossas propostas e promessas eleitorais e a afirmação do empenho numa mudança à esquerda em Lisboa. O contrário seria, isso sim, colocar o Bloco no mesmo terreno das patranhas eleitorais a que os partidos do chamado arco governativo recorrem com frequência e que provocam a maior repulsa e descrédito na população.

Os objectivos do acordo são claros, foram apresentados publicamente em campanha pela candidatura do Bloco e agora reafirmados. Não vão para além do que está implícito e explícito na letra do documento e o seu horizonte não se prolonga para lá dos estritos limites do município de Lisboa. Este é um acordo para ir à luta.

O PS PRECISA DESTE ACORDO. E O BLOCO?

TEXTO DE ISABEL FARIA



O ACORDO entre o PS e o Bloco de Esquerda para a CML foi um bom acordo para o PS. E para António Costa.

António Costa nada ganhava em fazer acordos à sua Direita. O CDS foi banido da Câmara. O PSD teve um resultado desastroso. Carmona é, para muitos lisboetas, o responsável pelo estado a que Lisboa chegou e vai ter de passar algum do próximo tempo a responder pelos processos que correm em Tribunal e que António Costa sabe que Maria José Morgado não vai deixar cair.

António Costa sabe que os lisboetas ainda se lembram do que foi o papel de João Soares à frente da Câmara de Lisboa e de como foi desastrosa a última vereação PS/CDU. Também sabe que conhecem a actuação de muitas Câmaras PS por esse País fora. Os lisboetas até se lembram que a Bragaparkes entrou em Lisboa trazida por João Soares.

O novo edil de Lisboa sabe que “encostar-se” a Sá Fernandes só lhe traz vantagens. Como dizia alguém, num destes dias, António Costa precisa de colar na lapela a foto do incorruptível Sá Fernandes para fazer esquecer os telhados de vidro do Partido Socialis-

ta em Lisboa. E no resto do País..

António Costa sabia, portanto, que havia que fazer acordos à Esquerda. Até porque o número dois do Governo até há três meses, sabe que a dois anos das Legislativas de 2009 e com as medidas anti-populares e de Direita que o Governo, até lá, ainda se prepara para tomar (parece que a Felixsegurança continua marcada ali para o Outono), o PS precisa de mostrar que também é capaz de governar à Esquerda. Afinal, o PS sabe que grande parte da sua base eleitoral é vítima das suas medidas injustas, das suas perseguições antidemocráticas e sabe que a Direita dificilmente tem tempo de se refazer até 2009. O CDS perdeu o Vereador, perdeu o líder parlamentar e a reentrada em cena de Paulo Portas foi um desastre. O PSD vê o seu futuro ser decidido entre Marques Mendes e Luis Filipe Menezes. O perigo virá, pois, da sua Esquerda. Nada como tirar-lhe protagonismo e tentar amar-lá a não ser...oposição.

O acordo entre o PS e o BE foi um mau acordo para o Bloco de Esquerda. E para Sá Fernandes.

A ilusão de que é possível ser oposição no País e estar no Governo da

capital com o Partido do Governo saiu cara ao PCP. O PCP deixou de ser a principal força de Lisboa que era aquando da primeira coligação com o PS e é hoje ultrapassado pelo PS, pelo PSD, por Carmona, por Helena Roseta e tem mais dois por cento de percentagem eleitoral que o Bloco de Esquerda. Os lisboetas não se contentaram em recordar a oposição do PCP a Mário Soares, a Cavaco, a Durão Barroso, a Guterres ou a Sócrates. Os lisboetas, quando vão votar para a sua Câmara, lembram-se do consulado de João Soares, da inércia e do desleixe que foram os últimos anos da coligação PS/CDU, dos seus negócios menos claros, das alianças do PCP com o PSD, por esse País fora e por essas freguesias fora e o PCP tem pago por isso em termos eleitorais.

Ter a ilusão de que connosco pode ser diferente é ingenuidade. Apresentar o exemplo do PCP como mote é incompreensível.

Perdemos com este Acordo anos e anos de trabalho nas empresas. Perdemos com este Acordo todo o trabalho de oposição séria e consequente nas freguesias de Lisboa. Perdemos com este Acordo a ima-

gem que temos construído de que há quem não se venda por acordos de intenções. António Costa não se compromete com datas. Não se compromete com prazos. Nós comprometemo-nos com datas e com prazos. Porque temos datas para Orçamentos e Planos e porque temos prazos para mostrar que somos capazes de fazer. Em minoria. Não temos um vereador em 7. Temos um vereador em, pelo menos, 9. Temos dois anos para mostrar o quê? Que Sá Fernandes pode ser um óptimo Vereador? Ninguém tem disso dúvidas. Já o tinha mostrado em dois anos.

Perdemos com este Acordo anos e anos em que nas empresas tentamos mostrar que há quem não troque princípios por pratos de lentilhas. Andámos a repetir aos nossos colegas de trabalho que este PS é um Partido de Direita. Que este Governo tem uma política mais à Direita do que qualquer Governo de Direita ousou ter. Andámos anos a repetir que não fazemos acordos com partidos de Direita nem com Governos de Direita, como o PCP faz. Acabámos de fazer um acordo com um Partido de Direita que sustenta o Governo

neo-liberal de Sócrates. Mais à Direita, do que algum de Direita ousou ser, repetimos. Em troca de um Acordo de seis pontos. Sem datas mas, sobretudo, sem nenhuma intenção de ser cumprido pela parte do nosso “parceiro”. Porque não se pode ser ingénuo. Os acordos não valem só pelo que lá está escrito. Os acordos valem por quem os assina. De um lado, o Acordo será assinado por um homem sério. Do outro pelo representante do Governo Sócrates. António Costa até podia ter aceite o programa inteiro do Bloco de Esquerda para Lisboa e não, apenas, estes seis pontos de emergência, aos quais ainda fez algumas significativas exigências, como a retirada da frase “mantendo inteira liberdade de voto” na votação do Orçamento e Plano. Bastava lembrar que António Costa pertenceu ao mesmo Governo que se comprometeu perante os portugueses a criar 150.000 novos postos de trabalho ou a revogar o Código de Trabalho, para saber que não estamos perante pessoas de bem. Acordos só se fazem com pessoas de bem. A política não é diferente da Vida.

